



Regularização de registro é aprovada

Estar em dia com o Conselho Regional de Biblioteconomia é um dos pré-requisitos para exercer a profissão de técnico em Biblioteconomia. Pág. Central

>> CRB-2

Inaugurada a nova sede em Belém. Pág. 6

>> ELEIÇÕES

Conselhos regionais irão às urnas em novembro. Pág. 7

>> PERFIL

Conheça a vereadora Fernanda Melchionna. Pág. 8



Sistema CFB / CRB
Conselho Federal de Biblioteconomia
Conselhos Regionais de Biblioteconomia

BOLETIM DO SISTEMA CFB/CRB
Nº 68 – ANO 10 – 17ª GESTÃO (2016/2018)

DIRETORIA

Presidente: Raimundo Martins de Lima – CRB-11/039
Vice-Presidente: Lucimar Oliveira Silva – CRB-5/1239
Diretora Administrativa: Kátia Lúcia Pacheco – CRB-6/1709
Diretora Técnica: Dalgiza Andrade Oliveira – CRB-6/1577
Diretora Financeira: Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque – CRB-15/001

COMISSÕES PERMANENTES

CBEBP – Comissão de Bibliotecas Escolares e Públicas – Maria Marta Sienna – CRB-9/759 (Coordenadora), Telma Socorro Silva Sobrinho – CRB-2/668 e Márcia Cordeiro Costa – CRB-13-410.

CDV – Comissão de Divulgação – Lucimar Oliveira Silva (Coordenadora) – CRB-5/1239, Angélica Conceição Dias Miranda – CRB-10/1102 e Kátia Lúcia Pacheco – CRB-6/1709.

CEN – Comissão de Ensino – Lídia Maria Batista Brandão Toutain (Coordenadora), Angélica Conceição Dias Miranda – CRB-10/1102 e Aldinar Martins Bottentuit – CRB-13-318.

CEP – Comissão de Ética Profissional – Telma Socorro Silva Sobrinho – CRB-2/668 (Coordenadora), Márcia Cordeiro Costa – CRB-13/410 e Lucimar Oliveira Silva – CRB-5/1239.

CFIS – Comissão de Fiscalização – Lucimar Oliveira Silva – (Coordenadora) – CRB-5/1239, Regina Lúcia Freitas Holanda – CRB-3-808 e Maria das Graças Vidal de Negreiros de Oliveira – CRB-4/840.

CLN – Comissão de Legislação e Normas – Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda – CRB-7/4166 (Coordenador), Dalgiza Andrade Oliveira – CRB-6-1577 e Aldinar Martins Bottentuit – CRB-13/318.

CL – Comissão de Licitação – Telma Socorro Silva Sobrinho (Coordenadora) CRB-2/668, Ailton Moreira da Rocha e Tatiana de Paula Martins de Souza.

CTC – Comissão de Tomada de Contas – Regina Lúcia Freitas Holanda – CRB-3/808 (Coordenadora), Maria Marta Sienna – CRB-9/759 e Rosana Chaves Abatti – CRB-14/458.

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Comissão Temporária de Acessibilidade
Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda – CRB-7/4166 (Coordenador)
Aldinar Martins Bottentuit – CRB-13/318
Telma Socorro Silva Sobrinho – CRB-2/668

Comissão Temporária de Gestão por Indicadores e Relatório para o TCU
Lucimar Oliveira Silva – CRB-5/1239 (Coordenadora)
Kátia Lúcia Pacheco – CRB-6/1709
Regina Lúcia Freitas Holanda – CRB-3/808

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

Roberto Barros Cardoso – Gerente Administrativo
Leonardo Pimentel Bueno – Assessor Jurídico
Ailton Moreira da Rocha – Auxiliar Administrativo
Tatiana Paula Martins – Auxiliar Administrativa

BOLETIM DA BIBLIOTECONOMIA

Edição: Padrinho Agência de Conteúdo LTDA
Foto de capa: Shutterstock

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA – CFB
SRTVN Ed. Brasília Rádio Center, salas 1079/2079, CEP 70.719-900, Brasília-DF. Telefones: (61)3328-2896/(61)3328-2080 Fax (61)3328-2894. www.cfb.org.br e cfb@cfb.org.br

Avanços em detalhes

Nesta edição do Boletim da Biblioteconomia, abordamos conquistas importantes para a consolidação da profissão e de suas diretrizes no cenário brasileiro. Destacamos quatro pontos importantes e que são o tema de nossa reportagem de capa, merecendo também um olhar com viés analítico.

Aprovada a criação de Política Nacional de Bibliotecas

O Projeto de Lei (PL) que institui a Política Nacional de Bibliotecas prioriza a área teórica das práticas da profissão de bibliotecário, definindo vinculações institucionais, concepções e as responsabilidades técnicas, políticas e sociais das várias tipologias de bibliotecas. Por isso, muito pode contribuir para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas em todo o território nacional. Até porque a concepção da biblioteca é um dos aspectos filosóficos determinantes para a definição dos elementos das suas infraestruturas (espaço físico, mobiliário e equipamentos, recursos humanos especializado e auxiliares e serviços). São aspectos que, em conjunto, além de oferecerem possibilidades reais para a uniformização das práticas procedimentais, potencializam a objetivação das suas existências.

Regulamentação das profissões de técnico em biblioteconomia

PL de suma importância para o funcionamento eficiente das bibliotecas, em especial para as públicas e escolares vinculadas às instituições dos Executivos municipal e estadual, que, historicamente, são as que mais padecem com a falta de pessoal habilitado em seus quadros de recursos humanos. Não custa lembrar que os técnicos em biblioteconomia, sobretudo aqueles que forem formados sob a vigência desta lei, terão que possuir o segundo grau completo, além de serem formados em cursos regularmente reconhecidos pelo MEC, registrados e cumprirem com as obrigações legais que esse registro implica. Por último, têm de atuar sob a supervisão de um bibliotecário legalmente habilitado.

Profissionais precisam incorporar acessibilidade em bibliotecas

Essa questão não está limitada às bibliotecas. A partir de janeiro de 2016, quando entrou em vigor a Lei nº 13.146, aprovada em 6 de julho de 2015, que instituiu a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, ou seja, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, todas as organizações sociais brasileiras, e não somente as bibliotecas, passaram a ser obrigadas a incorporar às suas práticas cotidianas o conceito da acessibilidade como desenho universal. Significa que os produtos, os ambientes, os programas e os serviços oferecidos à população devem ser concebidos de modo a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva.

Bibliotecário assume papel de agente transformador social

Certamente, não se trata de mais um trabalhador no mercado de trabalho, mas de um profissional liberal multifacetado (bacharel, especialista, mestre, doutor e pós-doutor) cuja formação inicial e posterior expertise lhe permitem identificar, incorporar, tratar, armazenar e disseminar documentos e informações das mais diversas características físicas e intelectuais, e ainda elaborar e/ou contribuir para a construção de instrumentos de busca e recuperação adequados a qualquer tipo de usuário final. Estes aspectos traduzem bem o potencial transformador da sua atuação em todos os setores da cadeia produtiva, inclusive de tecnologia de ponta.



Raimundo Martins de Lima
Presidente do CFB

Dívidas com CRBs podem ser pagas até outubro



Quero Conciliar

Os bibliotecários que estão em atraso com suas mensalidades podem quitar seus débitos junto aos conselhos regionais com desconto. O profissional que tiver anuidades em atraso, sem negociação, até 31 de outubro, não poderá votar nas eleições do CRB do seu Estado.

Para quitar os débitos, basta procurar o CRB mais próximo e efetuar o pagamento, que pode ser feito à vista ou parcelado em até 24 vezes – caso a parcela seja maior do que R\$ 70. Estão previstos, ainda, desconto no valor dos juros e multas.

Segundo a vice-presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), Lucimar Oliveira Silva, este é um bom momento para os bibliotecários ficarem em dia com seus conselhos:

“A Resolução 181, entre outras providências, dispõe sobre descontos nos juros e multas para quem quitar seus débitos até novembro. Além disso, vai ficar regularizado perante ao seu CRB e evitar nova multa por não estar apto a votar na eleição do dia 14 de novembro”.

Foto BCA, divulgação



A mais antiga de MG

Fundada em 15 de agosto de 1827, a Biblioteca Pública Municipal Baptista Caetano de Almeida fica em São João del Rei e é a mais antiga de Minas Gerais. Como forma de celebração, a biblioteca promoveu três dias de programação com cursos, exposições e lançamentos de livros, além de contação de histórias e programação musical.

A biblioteca funciona das 7h às 18h, em dias úteis, e fica na Praça Frei Orlando, 90, junto à Igreja de São Francisco de Assis. No acervo estão aproximadamente 28 mil volumes, incluindo jornais publicados a partir de 1829 e a obra “Le Monité”, que conta a Revolução Francesa.



Foto Pittty Reis, divulgação

Aracaju faz Esquenta CBBBD

Participação das bibliotecas para um desenvolvimento sustentável é o foco do XXVII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBBD) que ocorre em outubro. A Biblioteca Pública Epifânio Dória (BPED), de Aracaju-SE, já realizou seu Esquenta CBBBD 2017, com uma conversa com a presidente da Federação das Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação Institucional (Febab), Adriana Cybele Ferrari, e a vice-presidente e professora da Universidade Federal de Sergipe, Telma Carvalho.

O CBBBD ocorrerá entre os dias 17 e 20 de outubro, em Fortaleza, e terá como tema: “Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas: como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030”. Além de Aracaju, Belo Horizonte-MG também realizou o esquenta.

CRB-10 concede prêmio 2015/17

O Conselho Regional de Biblioteconomia da 10ª Região (Rio Grande do Sul) tem por tradição premiar pessoas e instituições que vão além do trabalho bem-feito e que se destacam em suas atividades. Por isso, ocorreu até 31 de agosto a votação para escolher os agraciados com o Prêmio CRB 10, dedicado a bibliotecários e bibliotecárias com atuação em biblioteca, uma pessoa que tenha contribuído para a profissão direta e/ou indiretamente e uma instituição que tenha sido parceira da gestão ou tenha se destacado de alguma forma na área de Biblioteconomia. O prêmio se divide em três categorias:

1 – *Prêmio Zenaira Garcia Marques* para bibliotecários, com atuação direta em biblioteca, cadastrados no CRB10.

2 – *Prêmio Eda Elsa Werner* para pessoas que contribuíram para a Biblioteconomia gaúcha, seja na docência, seja representando a área politicamente ou auxiliando de outra forma.

3 – *Prêmio Atenéia Felistoffa* para organizações que prestam ou prestaram relevantes serviços à classe e/ou área, no Rio Grande do Sul.

HORA DE CELEBRAR

EM RETROSPECTIVA DOS ÚLTIMOS MESES, O CFB RECUPERA QUATRO TÓPICOS RELEVANTES PARA A BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA



COMISSÃO DE JUSTIÇA APROVA CRIAÇÃO DE POLÍTICA NACIONAL DE BIBLIOTECAS

Por meio de um projeto apresentado pelo senador Cristovam Buarque, o Brasil poderá contar com uma Política Nacional de Bibliotecas. O texto foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CC) do Senado, em 24 de maio. Constam na proposta princípios como a igualdade de acesso a todas as bibliotecas e a possibilidade de que os profissionais que nelas trabalham possam selecionar, organizar e promover o acesso universal e irrestrito a todas as pessoas. Também fazem parte da Política Nacional de Bibliotecas a especificidade de serviços e materiais à disposição de usuários em atenção especial, a elevada qualidade das coleções, produtos e serviços, além da vedação da censura e a independência dos gestores e profissionais para compor os acervos. O texto prevê que as bibliotecas devem contar com profissionais da área para a gestão, trabalho técnico e atendimento aos usuários.

O projeto determina que a iniciativa privada e qualquer órgão da administração direta ou indireta possam criar bibliotecas, que são conceituadas como “todo espaço físico ou virtual que mantenha bens simbólicos organizados, tecnicamente tratados e que ofereça serviços de consulta e empréstimo”.

Propõe-se uma classificação para os locais considerados bibliotecas e acervos.

Bibliotecas são classificadas como:

- Δ Públicas
- Δ Privadas
- Δ Nacional
- Δ Estadual
- Δ Municipal
- Δ Escolar
- Δ Universitária
- Δ Especializada
- Δ Comunitária

Acervos são de dois tipos:

- Δ Especializados
- Δ Especiais

Os Especiais dispõem de materiais que atendem às necessidades de informação de pessoas com deficiência total, parcial ou temporária. 📖



PROFISSIONAIS DEVEM INCORPORAR ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS

Existe necessidade de adaptar todas as bibliotecas, para que a maioria das pessoas consiga usufruir os materiais disponíveis. O número de pessoas com deficiência que passam a frequentar os acervos culturais no país tem crescido, e os profissionais precisam estar preparados para recebê-los e atendê-los da melhor forma. Isso se deve a pontos como:

- Δ Melhoria na legislação sobre o tema;
- Δ Garantia dos direitos e deveres dos cidadãos com deficiência;
- Δ Esforço de grupos de interesse como, por exemplo, associações e institutos da sociedade civil que buscam um maior entendimento do tema por todos;
- Δ Conscientização das instituições nas diferentes esferas de poder.

O trabalho do bibliotecário para o desenvolvimento dessa acessibilidade e também da inclusão em um acervo deve partir do ponto que os serviços e atividades necessitam ser pensados para todos, com ou sem deficiência. A tecnologia assistiva pode ser estendida para diversos materiais como computador com recursos de voz, scanner para digitalização, leitor dos documentos, botões e mouses adaptados, entre outros. 📖

@ Confira neste link a cartilha do MinC para bibliotecas acessíveis: <https://goo.gl/YcrRXu>

BIBLIOTECÁRIO: MÚLTIPLAS FUNÇÕES COMO TRANSFORMADOR SOCIAL



Comemorado em 12 de março, o Dia do Bibliotecário foi marcado pela realização de um

evento no Senado Federal, promovido em parceria entre Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e Ministério da Cultura (MinC). Os assuntos principais foram a atuação dos bibliotecários e o mercado de trabalho para o setor. Além de palestras e workshops, o evento contou com um seminário que debateu a atuação dos bibliotecários na era digital. Na ocasião, foi entregue a Medalha de Honra ao Mérito Rubens Borbas de Moraes – Bibliotecário 2017 ao professor Emir Suaid.

O presidente do CFB, Raimundo Martins de Lima, participou do seminário “Bibliotecas hoje: como? Para quê? Para quem?” organizado pelas bibliotecas do Senado e da Câmara Federal. Em mensagem dirigida aos colegas, o presidente afirmou que o bibliotecário brasileiro não é um profissional multifacetado somente em termos de formação, mas sobretudo em virtude das suas qualificadas práticas cotidianas. 📖

AR CONQUISTAS



CAS APROVA REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE TÉCNICO EM BIBLIOTECONOMIA

A profissão de técnico em biblioteconomia foi aprovada no dia 24 de maio pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado. A proposta do deputado José Stédile (PSB-RS) estabelece que, para exercer as atividades, o profissional precisa do diploma de nível médio expedido no Brasil ou em escola estrangeira. Ainda é necessário ter o registro e estar em dia junto ao Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB) e, também, exercer suas atividades sob a supervisão de bibliotecário com registro em CRB.

A PLC contém seis artigos e tem como objetivo viabilizar a implantação de, no mínimo, uma biblioteca pública em cada cidade brasileira, em até três anos. O número de bibliotecários ativos ultrapassa 20 mil pessoas e esse contingente tende a crescer a cada dia por conta do grande aumento de acervos no país. Assim, a legislação se torna cada vez mais necessária para permitir a atuação dos técnicos dentro das bibliotecas.

O profissional terá papel essencial nas atividades e serviços ligados ao funcionamento de bibliotecas, além de atuar também em atividades ligadas a atividades de dinamização cultural. Ele também auxiliará no planejamento e desenvolvimento dos projetos que ampliem as atividades de atuação sociocultural.



Saiba mais em
www.cfb.org.br



Os presidentes do CFB e do CRB-2, Raimundo de Lima (E) e Anderson Tavares, descerram a placa inaugural

A casa nova do CRB-2

Conselho Regional de Biblioteconomia da 2ª Região inaugura sede em Belém-PA

Reivindicação antiga do Conselho Regional de Biblioteconomia da 2ª Região (CRB-2), a nova sede da instituição foi inaugurada em 30 de junho, em Belém (PA). O imóvel, adquirido pelo Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), ocupa uma área de 84 metros quadrados no Edifício Infante Sagres, localizado na Rua Senador Manoel Barata 718, bairro Comércio, na capital paraense, base de operações do CRB-2. Responsável por fazer o registro de graduados em Biblioteconomia e por fiscalizar o exercício da profissão, a entidade atende também os profissionais do Amapá e Tocantins.

– A ação atende a um pleito de várias gestões deste Regional, em especial a atual, e vai assegurar à equipe melhores condições de trabalho, tanto para receber os bibliotecários que lhe procuram quanto para atuar no campo da fiscalização nos Estados da sua jurisdição, no caso, Pará, Amapá e Tocantins, que é a atividade que justifica a sua existência – explica o presidente do CFB, Raimundo Martins de Lima.

A necessidade de se transferir a sede de

local já existia há bastante tempo, conforme o presidente do CRB-2, Anderson Alberto Saldanha Tavares. Segundo ele, em agosto o Conselho faria 25 anos de atuação na mesma sala, também localizada no bairro Comércio. Ao longo das décadas, porém, o espaço se tornou insuficiente para as crescentes demandas, e a prestação de serviços foi prejudicada.

– O espaço já era pequeno para a demanda. Mandamos ofícios para o Conselho Federal de Biblioteconomia pedindo que ajudassem no financiamento da compra de nova sala. No final do ano passado, o CFB decidiu pela compra e cessão em comodato – diz Tavares, que projeta a partir de agora ganhos na parte administrativa, com melhor acomodação dos colaboradores e funcionamento mais afinado do fluxo de trabalho.

As instalações devem trazer benefícios aos cerca de 1,1 mil bibliotecários ativos no Pará,

Amapá e Tocantins. Um espaço fechado para reuniões, que não existia na sede antiga, dará privacidade para a análise de processos.

O investimento na sede do CRB-2 foi de aproximadamente R\$ 230 mil. Para o presidente do CFB, a compra do imóvel é motivo de orgulho para a entidade federal.

– A compra da nova sede do CRB-2 foi uma ação de grande significado para a 17ª gestão do CFB, da qual toda a sua equipe se orgulha. Com isso, cumpriremos a meta de melhoramento das condições estruturais dos Conselhos

Regionais, após a reforma de outros CRBs e da compra de mais uma sede, possivelmente em Recife, para também melhorar as condições de trabalho do CRB-4 – afirma Raimundo Lima.

Na solenidade de inauguração, houve reunião plenária com a diretoria do CFB e a assinatura da cessão em regime de comodato. Estiveram presentes representantes de entidades, bibliotecas centrais e instituições. ■

ONDE FICA A SEDE
RUA SENADOR
MANOEL BARATA,
718 - BELÉM

Eleições à vista

CRBs devem ir às urnas entre 10 e 14 de novembro



Foto Nelson Jr./ASICS/ISE, divulgação

Anote na agenda: entre os dias 10 e 14 de novembro, será realizada a eleição para os conselhos regionais de biblioteconomia. O pleito ocorre nos 14 CRB, e o voto é obrigatório para todos os bibliotecários regulares.

A vice-presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), Lucimar Oliveira Silva, ressalta a importância da formação de novas chapas para que, cada vez mais, haja renovação nos conselhos.

“É importante que os bibliotecários se juntem e formem chapas para a eleição, pois uma disputa para o conselho traz renovação e melhorias para todos”.

As chapas são formadas com 12 a 15 conselheiros efetivos e pelo menos três conselheiros suplentes.

A formação das chapas se dá até o dia 2 de outubro e todos os bibliotecários regulares podem se candidatar e buscar uma vaga no Conselho Regional. 📌



FIQUE POR DENTRO DO SERVIÇO DAS ELEIÇÕES

Δ Quem pode votar?

O voto é obrigatório para todos os bibliotecários. Só poderão votar os bibliotecários que estiverem em dia com os compromissos com o Conselho Regional de Biblioteconomia. Aqueles que não estão em dia terão a possibilidade de conciliar os débitos e se regularizar para votar. Para isso, a orientação é procurar o CRB da região.

Δ Quando será a eleição?

A votação ocorre nos dias 10 a 14 de novembro. O calendário da eleição pode ser conferido no site do CFB:

Δ Qual o formato de votação?

Existem duas possibilidades para a realização do voto: caso que apenas uma chapa esteja inscrita, o voto é pela internet,

no período de 10 a 14 de novembro.

Δ Como será formada a gestão?

As chapas são formadas por 12 a 15 pessoas, que se eleitas serão Conselheiros Regionais. Na posse, os Conselheiros eleitos elegem a Diretoria formada por:
Presidente
Vice-presidente
Diretor técnico,
Diretor administrativo
Diretor financeiro.

Δ Duração dos mandatos?

Os mandatos duram 3 anos.

Δ Número estimado de eleitores?

A direção do CFB estima que 25 mil pessoas devem votar.

Regimento interno novo é aprovado

No dia 26 de maio, foi aprovado o Regimento Interno do Sistema do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Biblioteconomia. Trata-se de um documento essencial para o funcionamento do Sistema CFB/CRB, garantindo o desenvolvimento das atividades do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Biblioteconomia.

O novo regimento já está em vigor desde a sua publicação, no dia 2 de junho. Os CRB têm setembro para se adequar com base nas novas normas.

O Sistema CFB/CRB busca estruturar os conselhos para favorecer o planejamento e a execução de ações dirigidas à fiscalização do exercício da profissão de bibliotecário no país. Nesse contexto, o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) é o órgão central que coordena as atividades, e os Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRBs) são as entidades regionais de fiscalização profissional. Juntos, CFB e CRBs atuam de acordo com as normas estabelecidas.

Segundo a diretora administrativa do CRB da 6ª região, Kátia Pacheco, o novo regimento apresenta melhorias para o bom funcionamento dos conselhos.

“Ele estabelece a estrutura e o funcionamento de todos os conselhos de biblioteconomia de maneira correta e buscando sempre o melhor pro bibliotecário”, diz Kátia. Aliado a isso, a vice-presidente do CFB, Lucimar Oliveira Silva, explica que a concepção do novo regimento surgiu em 2016 e foi discutida por todos os conselhos antes de ser aprovado.

“A ideia de unificar os regimentos surgiu em uma Assembleia do Sistema em 2016, e sua elaboração contou com a participação de todos os Conselhos Regionais e consolidação do CFB”, conta Lucimar. 📌

COMO OCORREU O PROCESSO

- Δ Projeto de regimento interno: 2016
- Δ Aprovação: 26 de maio de 2017
- Δ Entrada em vigor: 2 de junho de 2017



“A mobilização é importante para que as políticas públicas de incentivo à leitura não sejam desmontadas”

Foto Henrique Ferreira Bregão, divulgação CMPA

Incentivo à leitura como causa política

Vereadora de Porto Alegre (RS), Fernanda Melchionna fez da luta pelo acesso às bibliotecas públicas uma de suas principais bandeiras

A recepção animada em seu gabinete logo dá lugar a uma fala séria, mas com o mesmo entusiasmo. É assim que Fernanda Melchionna, vereadora em Porto Alegre pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), fala sobre a profissão que escolheu e hoje influencia sua atividade parlamentar. Ela desde cedo teve certeza sobre a vocação – ou melhor, as vocações: não demorou para a biblioteconomia e a política começarem a desenhar, juntas, sua carreira.

Enquanto cursava o ensino médio em Alegrete (RS), cidade onde nasceu, Fernanda visitou um evento promovido pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) chamado Feira das Profissões, no qual os alunos que passam pelo momento crucial de escolher um curso universitário têm contato com as opções de carreira que cada profissão apresenta. No evento, Fernanda teve a oportunidade de entender tudo o que envolvia a atividade de biblio-

tecária e viu reforçado seu interesse, que surgira um pouco antes. “A mãe de uma amiga minha era bibliotecária e isso já chamava minha atenção”, lembra.

Aprovada na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Fabico/UFRGS), começou o curso em 2001. Confessa que esperava um caráter mais humanista na grade curricular, já que boa parte das disciplinas com este viés não eram obrigatórias. Da contribuição do curso para sua carreira, destaca cadeiras como catalogação, classificação e incentivo à leitura – tema que mais tarde viria a pautar muitas de suas ações na política. Aliás, a busca por mudanças na grade curricular do curso foi justamente o que levou Fernanda ao movimento estudantil, onde foi coordenadora do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Durante a graduação, participou de estágio em diversas bibliotecas especiali-

zadas e profissionalmente atuou em uma biblioteca escolar. “Pude trabalhar a biblioteca como espaço integrado, de incentivo à leitura e parte estruturante da escola”, recorda.

Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), mas saiu algum tempo depois para integrar o partido em que milita até hoje. Quando chegou ao parlamento, não encontrou políticas públicas voltadas à área da biblioteconomia e logo começou a promovê-las. Hoje luta para que as verbas destacadas para programas de incentivo à leitura e às bibliotecas públicas cheguem em seu destino – e, para isso, conta com o apoio da categoria.

“Muitas vezes fica cada um em uma biblioteca, tem de cumprir a carga horária. Isso dificulta. Mas eu sempre tenho o respaldo dos colegas e do Conselho. A mobilização é importante para que as políticas públicas de incentivo à leitura não sejam desmontadas”, defende. 